

# Euro-centrismo ou nova ordem europeia?

1



1. Perante as grandes transformações que se estão a operar no mundo, ninguém hoje se pode atrever a fazer futurologia. ~~Em várias cidades pelo mundo fora~~ As "task-forces" dos grandes centros de ciências políticas estabelecem cenários, modelos e esquemas que tentam anteciper quer ~~o que o Ministro dos Estrangeiros da Itália chamou de "nova ordem europeia"~~ quer o que o próprio Departamento de Estado americano chamou de "nova ordem internacional".

Mas apesar disso é possível alinhar alguns factos para deles destacar as interrogações, as pistas abertas, as escolhas que se impõem. [É essa a perspectiva destas notas.]

2. As questões do novo ordenamento da Europa, e do mundo têm sido com frequência adulteradas pela confusão que reina relativamente ao conceito de "super-potências". No plano militar, o mundo tem sido bi-polar: as alianças têm funcionado a volta dos dois grandes, a União Soviética e os Estados Unidos. [Nesses dois países se concentra o poderio militar.]

Mas já não é assim no plano económico. Nesse plano, as "super-potências" constituem um equilíbrio triangular: os Estados Unidos, o Japão e a CEE. ~~{A União Soviética está fora desse triângulo.~~

É esta sobreposição de dois tipos de poderes com articulações diferentes que torna extremamente complexo o processo político que está a desenrolar-se no mundo. Tanto assim é que assistimos a este facto aparentemente paradoxal: os ~~grandes homens~~ <sup>dirigentes</sup> políticos ocidentais, desejando embora contribuir para a recuperação económica dos países de Leste, são os primeiros a insistir na manutenção do vínculo desses países ao Pacto de Varsóvia. Ora esse vínculo seria imeditivo de uma associação mais estreita [desses países] com a Comunidade Económica Europeia,



associação essa que os países de Leste implícita ou explicitamente desejam...

*Tem significados diferentes.*

3. Neste contexto, torna-se claro <sup>que</sup> ~~é significado diferente~~ dos dois polos de transformação no continente europeu. Por um lado, ~~é~~ a autonomia introduzida por Gorbahev na concepção prática dos laços do Pacto de Varsóvia ~~que~~ é garante, no plano externo, do grande movimento para a liberdade que atravessa todos os países de Leste. Por outro lado, ~~é~~ o dinamismo dado por Jacques Delors à realização do Acto único Europeu e a vontade dos dirigentes políticos mais clarividentes da Comunidade Económica Europeia ~~que~~ tornam a Comunidade um polo aglutinador das esperanças de desenvolvimento dos países de Leste.

4. *←* Cada um destes dois polos está sujeito a uma dinâmica própria. <sup>49</sup> A manutenção do actual clima que rodeia o Pacto de Varsóvia assenta em duas vertentes. Uma é a própria evolução da União Soviética. A salvaguarda das Repúblicas que a integram terá de ir de par com uma autonomia ~~ainda por inventar~~ que permita a afirmação dos vários povos que a constituem e que até, eventualmente, ~~como alguns políticos já sugeriram~~, permita às Repúblicas de mais recente integração na URSS a sua afirmação autónoma nas organizações internacionais, como <sup>é o caso desde</sup> sempre ~~tem acontecido com~~ a Ucrânia e da Bielo-Rússia [que têm assento próprio na ONU e em todas as suas agências.]

A outra vertente diz naturalmente respeito ao processo de desarmamento. Para além dos indispensáveis progressos no que diz respeito às armas estratégicas, é o estatuto dos dois Estados alemães no futuro que está em causa. <sup>⊗</sup> E embora já tenham sido propostos calendários para esse novo estatuto [(desde o <sup>10 ponto de</sup> Chanceler Kohl <sup>calendário para a</sup> a Giscard <sup>placada de</sup> 90 de <sup>intuir</sup>)] não parece possível ~~saber~~ <sup>separar</sup> hoje qual a ordem de prioridade ~~na calendarização das duas questões.~~ Já no ~~entre o desarmamento nuclear e o futuro relacionamento dos dois Estados alemães.~~

⊗ uma vez que nesses países se encontram bases de mísseis nucleares das duas Alianças.



que diz respeito às armas convencionais, o panorama apresenta-se mais claro. As propostas trazidas à reunião de Viena a 14 de Dezembro pela Aliança Atlântica e pelo Pacto de Varsóvia aproximam-se em quase todos os pontos, sendo as diferenças facilmente negociáveis. É <sup>assim</sup> evidente o desejo de ambas as partes de que seja assinado em 1990 o tratado final sobre armas convencionais *na Europa*.

5. O polo CEE, embora condicionado pelo equilíbrio entre <sup>as</sup> duas alianças político-militares, não é apenas um horizonte longínquo para os países de Leste. É, no imediato, a esperança <sup>de</sup> um auxílio económico que permita relançar economias que se encontram em situação de total descalabro. É, a médio prazo, a expressão de um desejo de legitimação da identidade europeia dos povos de Leste a traduzir-se, para alguns países, numa vontade explícita de pertença.

**Fundação Cuidar o Futuro**

Não é irrelevante neste contexto que o grupo dos países ocidentais dito "G24" tenha confiado à Comissão da CEE a coordenação de todos os esforços de ordem económica que esses países decidiram emvidar para atender à situação económica dos países de Leste.

Para além dessa função de dadora e gestora de fundos, a CEE aparece como o polo político susceptível de fornecer a estrutura através da qual <sup>se desenhou</sup> uma nova fisionomia da Europa, ~~seja possível~~. Também aqui os cenários são diversos: novas formas de associação com a CEE, como aquela que se <sup>espera</sup> ~~desenha~~ já (e inesperadamente) com a EFTA como um todo; integração com salvaguarda de aspectos particulares como seria o caso da defesa; adesão por etapas <sup>temporais</sup> atendendo às circunstâncias de cada país, etc..

Para que esta evolução seja viável urge acelerar a união monetária europeia e caminhar sem hesitações para

a união política europeia. O processo de mobilização popular dos países da Leste põe à CEE, com redobrada insistência, a necessidade de democratizar plenamente o seu funcionamento] e é, ao mesmo tempo, um estímulo para que se configure uma verdadeira Europa dos cidadãos.



6. Perante a nova reorganização da Europa, os Estados Unidos, sendo a única entidade que é simultaneamente uma super-potência <sup>militar</sup> política e económica, jogam nos dois tablados.

~~O processo de desarmamento encontra da parte dos Estados Unidos uma atitude muito diversa da que caracterizou grande parte da década de 80. É legítimo esperar uma intensificação do processo encetado.~~

~~No quadro da Aliança Atlântica, os Estados Unidos~~  
Os Estados Unidos não cessam, ~~porém~~, no que diz respeito aos seus parceiros europeus de fazerem propostas para um "novo atlantismo", usando quer a NATO quer a CEE. Na sua visita a Bruxelas a 15 de Dezembro o Secretário de Estado americano Baker disse claramente que ~~que~~ os "EUA devem participar activamente nas questões europeias durante esta fase de mudança". Apontou para a necessidade do reforço da dimensão política da NATO à qual quis dar a responsabilidade de orientar o desenho das instituições da nova Europa...

Também na reunião conjunta entre os dirigentes americanos e a Comissão da CEE a mesma orientação parece estar sub-jacente. No comunicado final da reunião Baker afirmou que "a estabilidade mundial será reforçada por uma cooperação estrita entre a CEE e os EUA". Se é certo que a decisão de uma cooperação traduzida em duas reuniões anuais entre a CEE e os EUA é uma forma de acabar com a "guerra dos proteccionismos", não é menos certo também que este súbito interesse de cooperação não é totalmente inocente. É a própria imprensa americana que refere tais

das suas instituições

Fundação Cuidar o Futuro

propostas como uma tentativa dos EUA de interferirem nas decisões da CEE.



7. A CEE tem de contar também com o novo eixo do poder económico que é o anel do Pacífico. O Japão, que já conseguiu contribuir para a prosperidade económica da Coreia do Sul, de Singapura e de Hong-Kong, continua a ser o modelo a que gradualmente vão tendo acesso os vários países asiáticos do Pacífico.

Pela teoria da "deslocalização", i.e., da descentralização dos locais de implantação das fábricas para os países onde a mão-de-obra é mais barata, assiste-se a um crescimento espectacular agora na Tailândia e na Malásia. Por seu turno, a Tailândia investe nos países vizinhos (Birmânia, Vietnam, Laos e até Camboja) enquanto a Malásia segue o mesmo processo em relação à Indonésia.

*Fundação Cuidar do Futuro*  
O crescimento económico é tal que o comércio inter-asiático representa hoje 7,6% do comércio mundial o que o aproxima do volume das trocas entre os dois lados do Atlântico.

~~Este tipo de progresso económico não pode porém constituir um modelo: salários de miséria, trabalho infantil, trabalho sem limite de horas, sem férias e sem garantias. É um esquema que a tradição humanista da Europa não pode aceitar.~~

Face a esta concorrência sem medida, a Europa no seu conjunto tem de encontrar novas fórmulas para o seu próprio crescimento. Tanto mais quanto a Europa, e especialmente o seu polo institucional económico, a CEE, tem de arcar com a responsabilidade que lhe advém da nova solidariedade com países <sup>Europeus</sup> cheios de carências e com dificuldades estruturais de desenvolvimento.



7. Perante essa responsabilidade tem surgido o receio no Hemisfério Sul, e em especial em África, de que os novos dados na situação europeia produzam um desengajamento em relação ao continente africano. Este receio tem sido tanto mais expresso quanto mais se faziam ouvir, nos bastidores das instâncias internacionais, os ecos de um certo desencorajamento face à não-rentabilidade do sem número de peritos estrangeiros presentes no continente africano, <sup>e de perplexidade perante as</sup> ~~aos números inequívocos apontando para~~ despesas com armamento <sup>conhecidas como</sup> superiores ao montante <sup>global</sup> da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, ~~concedida ao continente~~ ~~como um todo.~~

No que diz respeito à CEE não se pode falar em desengajamento em relação a África. As negociações de renovação do Acordo de Lomé (LoméIV) terminaram a 15 de Dezembro, após 18 meses de laboriosos esforços.

O Acordo determina as grandes prioridades do desenvolvimento a serem respeitadas por ambas as partes, identifica os parceiros da Comunidade nos Estados parte do Acordo (com particular relevo para as Organizações Não-Governamentais) e estipula a globalidade da ajuda da CEE ao continente africano, que se cifra em 12 biliões de Écus.

Há ganhos importantes nesse Acordo: a Comunidade alarga o número de produtos agrícolas que podem entrar livremente na Comunidade ou que beneficiam de condições preferenciais em relação a países terceiros; mantém o apoio à produção mineira e aumenta o sistema de estabilização das receitas na exportação dos produtos de base.

Mas, quer pelo seu volume quer para impedir acções dispersas que não conduzam ao desenvolvimento, as somas da CEE destinam-se sobretudo a medidas de acompanhamento, no plano social, às medidas de "ajuste" das duas grandes instituições financeiras mundiais: o FMI e o Banco Mundial.

8. É neste ponto-chave do desenvolvimento e das instituições que o promovem que reside a principal dificuldade na harmonização que a Europa tem de realizar entre o seu próprio crescimento económico e bem-estar social e o dever de solidariedade a que é chamada perante o bilião de seres humanos que vivem na pobreza absoluta.

Há, sem dúvida, <sup>hoje,</sup> um perigo de "euro-centrismo". Mas ele reside menos na compatibilização de recursos e de montantes disponíveis do que na convicção tecnocrática de que o desenvolvimento é um processo linear, segundo um modelo único, aquele que os países ricos da Europa seguiram no processo de industrialização.



O Acordo de Lomé, ao dar como tácita a orientação do FMI e do Banco Mundial para os chamados "ajustes estruturais" põe a ~~nó~~, mais uma vez, do lado da Europa (CEE) a sua demissão face a novos modelos de desenvolvimento. O problema não é menor no que diz respeito à renovação da economia nos países de Leste. São novos modelos, novos caminhos que são necessários. E esses tardam a surgir.

9. E Portugal? Qual é o nosso <sup>atitude</sup> contributo neste quadro de interdependências e de complexidade?

A pertença não é cedência de autonomia. Mais: a pertença, para não se tornar num nivelamento pelos valores mais baixos nem num denominador comum justamente chamado "menor", carece da afirmação constante da identidade própria. [Daí a incoerência e a limitação das posições seguidas.]

Portugal não pode ficar à espera de "saber qual é a posição da CEE". Perante cada faceta dos problemas que aqui levantei é preciso que Portugal saiba e diga sem rodeios qual a sua posição. Se o fizer, na fidelidade aos valores da sua história e ao sentir do seu povo, estará, na parte que lhe cabe, a construir a nova Europa.

*Maria de Lourdes Pinto Silva*